



23 DE MAIO DE 2011

Segunda - feira

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **NOTÍCIAS SEMANAIS 19/2011 - DAL/FIEP (ANEXO)**
- **PARANAENSES RUMAM AO EXTERIOR**
- **EMPRESA DEVE INDENIZAR VÍTIMA DE FRAUDE**
- **GREVE DA VOLKS NÃO DEVE TERMINAR ANTES DA PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA, DIZ SINDICATO**
- **FALTA DE INVESTIMENTO EM PESQUISA AMEAÇA HEGEMONIA BRASILEIRA EM ETANOL DA CANA, DIZEM ESPECIALISTAS**
- **NÚMERO DE TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA EMPREGADOS CAI 12% ENTRE 2007 E 2010**
- **CARROS CAMPEÕES DE VENDA PERDEM ESPAÇO NO BRASIL**
- **LUPI VAI CRIAR NOVO ÍNDICE DE DESEMPREGO**
- **DIVISÃO DE LUCROS DEFLAGRA ONDA DE GREVES NO BRASIL**
- **VOLKSWAGEN PERDE R\$ 355 MILHÕES COM A GREVE**
- **SINDICATO ACUSA HONDA DE "ASSÉDIO MORAL COLETIVO"**
- **FABRICANTES QUEREM CRIAR POLO PRODUTIVO MUNDIAL EM MANAUS**
- **PAÍS TEM 20 BANCOS NA FILA PARA OPERAR**
- **PROVISÕES NÃO PODEM SER DEDUZIDAS DA CSL**
- **CADASTRO POSITIVO PREMIARÁ BOM PAGADOR, AVALIA CNI**
- **GM SÃO JOSÉ RETOMA A PRODUÇÃO**

- **IR - FONTE - IMPOSTO DE RENDA RETIDO EM ABRIL VENCE HOJE, DIA 20/5**
- **IR - FONTE - IMPOSTO RETIDO NO 2º DECÊNDIO DE MAIO VENCE EM 25/5**
- **DECLARAÇÕES FISCAIS - MEI DEVE APRESENTAR A DASN DE 2011 ATÉ 31 DE MAIO**
- **DIREITO DO TRABALHO - TRABALHO DEGRADANTE: USINA NO PARANÁ É CONDENADA EM R\$ 1 MILHÃO**
- **PROJETO DE LEI - PROJETO PREVÊ UMA FALTA AO TRABALHO POR ANO SEM JUSTIFICATIVA**
- **IPI - SANCIONADA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS À INDÚSTRIA AUTOMOTIVA**
- **CHEQUE - COMPENSAÇÃO DIGITAL DE CHEQUES COMEÇA A FUNCIONAR**
- **DIREITO DO CONSUMIDOR - CADASTRO POSITIVO: INSTITUTO PEDE À PRESIDÊNCIA VETO DE ITENS DO TEXTO**
- **PROJETO DE LEI - PROJETO AUTORIZA DESCONTO DE ALUGUEL EM FOLHA DE PAGAMENTO**
- **DIREITO DO TRABALHO - PAGAMENTO EM DOBRO: ABONO DE 1/3 SOBRE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS É MANTIDO**
- **TRIBUNAL - EMPRÉSTIMO EM FOLHA SÓ PODE SER QUITADO NA RESCISÃO COM AVAL DO EMPREGADO**
- **IR - PESSOA FÍSICA - QUOTA DO IRPF COM VENCIMENTO EM 31/5 TERÁ 1% DE JUROS**
- **CHEQUE - COMÉRCIO VAREJISTA É CONTRA MUDANÇA DAS REGRAS DE DEVOLUÇÃO DOS CHEQUES**

Câmbio		
Em 23/05/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,633	1,635
Euro	2,292	2,295

Fonte: BACEN

Paranaenses rumam ao exterior

23/05/2011- Gazeta do Povo

Com apenas um ano de empresa, o dono da marca curitibana Le Mont Café Gourmet, Thiago Amhof, decidiu se arriscar no mercado europeu. O processo foi rápido e se deu em meio à crise econômica mundial. Utilizando uma rede de contatos feita após anos de experiência na área de marketing internacional, Amhof se sente gratificado em ver o próprio produto em outro país.

Barreiras alfandegárias e dólar em baixa apresentam um momento ruim para a exportação e internacionalização dos negócios. Porém, assim como fez Amhof, muitos empresários paranaenses têm se arriscado em busca de novos mercados. Só no primeiro trimestre deste ano, as exportações do estado foram de

US\$ 3,2 bilhões, o que representa um crescimento de 21% em relação ao mesmo período do ano passado.

A marca Café Brasileiro, criada para o mercado externo, foi consolidada a partir de parcerias com empresas firmadas na Espanha. A estrutura ainda é enxuta, e conta com um escritório em Valência. A matéria-prima é brasileira, mas segundo Amhof, o café é beneficiado em território espanhol. Lá, ele tem representantes que divulgam a marca.

Para a coordenadora do Centro Internacional de Negócios (CIN) da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Janet Castanha Pacheco, apesar do momento difícil para a exportação, o período é importante para que as empresas interessadas iniciem o processo de internacionalização. "Quando o negócio ficar viável, elas já estarão prontas", afirma. O primeiro passo para levar o negócio para fora do país é consolidar o produto no mercado interno e torná-lo competitivo. Também é importante buscar apoio de entidades oficiais voltadas ao empreendedorismo e pesquisar bastante.

Participar de feiras e exposições fora do país é uma grande oportunidade de trocar experiências, criar uma rede de contatos e, ainda, conhecer o perfil do público-alvo. Nesses eventos, também é possível estabelecer parcerias com empresas que podem abrir um canal para a expansão dos negócios. Na avaliação de Janet, mais do que exportar ou estabelecer uma sede em outro país, a internacionalização significa ter o produto aceito no mercado interno e pronto para competir com empresas estrangeiras.

Outra importante dica é investir no aprimoramento de técnicas de produção e maquinário. Foi o que fez o empresário Marco Antônio Cravo, proprietário da Fazenda Pilar, em Cornélio Procópio, Norte do Paraná. Ele decidiu mudar o foco da produção e investir no cultivo de cafés especiais. Para isso, Cravo iniciou uma pesquisa de mercado, renovou todo o cafezal, mecanizou a lavoura, se engajou em associações e contou com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A partir daí, estabeleceu contato com empresários espanhóis, que vieram ao Brasil conhecer pessoalmente a produção. "O primeiro contêiner de cafés especiais chegou à Espanha em fevereiro", comemora.

O processo de internacionalização requer planejamento estratégico, desenvolvido para colher resultados a médio e longo prazo. Depois de conhecer bem o país para

onde deseja levar o negócio, o vice-presidente da Fiep, Rommel Barion, diz que os empresários precisam desenvolver um trabalho de inteligência comercial. "É preciso descobrir as barreiras alfandegárias", exemplifica. Também é necessário adaptar a embalagem ao produto e definir como se dará o envio da mercadoria.

Uma das vantagens da internacionalização, segundo Barion, que também é empresário e trabalha com exportação de chocolates e wafers há 12 anos, é que a expansão do mercado traz uma cultura diferente para dentro da empresa. Porém, na opinião dele, o mercado internacional não deve ser o único foco do empreendedor. "Tem que ter uma meta modesta de trabalho. O mercado internacional é muito instável", aconselha.

Amhof, da Café Brasileiro, também recomenda cautela. Ele conta que a rápida internacionalização do produto foi resultado de um processo complicado e trabalhoso. "O ideal é trabalhar melhor o planejamento, capitalizar o negócio local e considerar o projeto [de internacionalização] de médio a longo prazo."

Empresa deve indenizar vítima de fraude

23/05/2011- Gazeta do Povo

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou na última semana proposta que responsabiliza as empresas emissoras de cartão de crédito e de débito por prejuízos causados ao titular em razão de fraude decorrente de clonagem do cartão. De acordo com o texto aprovado, haverá prazo de até 30 dias para que o consumidor que foi vítima da fraude seja ressarcido pela empresa. Mas o texto considera, ainda, a possibilidade de que o próprio titular seja responsável pela fraude. Para esses casos, uma vez comprovada a participação do titular na fraude, ele deverá ressarcir os custos operacionais e prejuízos causados à empresa emissora, além de estar sujeito às sanções previstas no Código Penal. O projeto foi aprovado em caráter conclusivo e seguirá para o Senado.

Greve da Volks não deve terminar antes da próxima segunda-feira, diz sindicato

23/05/2011- Gazeta do Povo

Metalúrgicos da Volkswagen decidiram seguir em greve, pelo menos, até a próxima segunda-feira (23). A empresa não apresentou nova proposta e na assembleia realizada na manhã nesta quinta-feira (19) foi votada a continuidade da paralisação. A próxima votação ocorre em 23 de maio, na porta da fábrica localizada em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba.

A paralisação na Volks chegou ao 15º dia nesta quinta-feira e 8,9 mil veículos deixaram de ser produzidos no período, **Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC)**.

Ainda não houve acordo entre a empresa e os trabalhadores sobre o pagamento de **Participação nos Lucros e Resultados (PLR)**. A categoria reivindica PLR no valor de R\$ 12 mil e a empresa oferece a primeira parcela de R\$ 4,6 mil. A segunda parcela seria discutida posteriormente.

O sindicato informou que 3,1 mil metalúrgicos dos três turnos estão em greve desde [5 de maio](#). A empresa não confirma os dados. A assessoria de imprensa da

Volkswagen informou que não vai se pronunciar sobre o fato e não vai comentar os números repassados pelo sindicato.

Falta de investimento em pesquisa ameaça hegemonia brasileira em etanol da cana, dizem especialistas

23/05/2011- Gazeta do Povo

O **Brasil** pode perder o domínio na tecnologia de produção de etanol devido à falta de investimento em novos meios para retirar álcool do bagaço e da folhagem da cana-de-açúcar. É o que defendem especialistas ouvidos pela Agência Brasil. De acordo com eles, outros países avançam na pesquisa com álcool que tenha origem na celulose e biocombustível, ao mesmo tempo em que cresce a presença de empresas estrangeiras no setor.

Para o professor da **Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq)**, ligada à **Universidade de São Paulo (USP)**, Edgar de Beauclair, a hegemonia brasileira na produção de etanol não é tão segura. "Estamos longe do berço esplêndido, e a pesquisa está relegada", alerta.

"O país corre o risco de perder a liderança", destaca o especialista em energia Clóvis Zapata, do **Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo** (ligado às Nações Unidas), ao afirmar que o Brasil "investiu pouco em tecnologia de segunda geração para a produção de álcool". Ele explica que o país "engatinha na produção de biodiesel", quando se considera os investimentos feitos por europeus e americanos para extrair álcool da celulose.

Apesar de já usar o bagaço na geração de energia elétrica, a tecnologia que o Brasil domina para o combustível é a mesma do final da década de 1970, que retira o álcool do suco da cana moída (garapa) e não aproveita dois terços do que a planta potencialmente oferece. O professor Edgar de Beauclair destaca que essa falta de aproveitamento permaneceu mesmo no momento recente de alta de preço do combustível.

O representante da **União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica)** em Ribeirão Preto (SP), Sérgio Prado, discorda do prognóstico e afirma que a pesquisa está avançando. Porém, segundo ele, é preciso desenvolver uma fábrica que produza etanol de segunda geração em volume e em custo compatíveis com o de primeira geração. "[É necessário também] plantas industriais mais eficientes a ponto de baixar a diferença de custo".

Prado calcula que a diferença de custo entre os dois tipos de álcool já baixou significativamente nos últimos cinco anos. "Em 2006, o etanol de segunda geração custava de nove a dez vezes a mais. Hoje essa projeção é 1,8."

O chefe de pesquisa da área de Agroenergia da **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)**, Esdras Sundfeld, afirma que as pesquisas estão sendo realizadas e que podem crescer com o aumento da participação do capital estrangeiro no setor.

A Embrapa encerra neste sábado (21) a Feira Agrobrasília, promovida na capital federal, onde está exposta a tecnologia que processa o bagaço da cana para fazer combustível. Além da empresa de pesquisa, há expectativa de que a Petrobras invista na segunda geração do etanol. O plano de negócio da subsidiária Petrobras Biocombustível é de, em 2014, atingir a produção de 2,6 bilhões de litros de etanol.

Atualmente, a empresa tem participação em dez usinas, com capacidade de produção de 942 milhões de litros.

O **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)** financia cerca de 200 projetos na área de biocombustível, inclusive de etanol. Este ano, por causa dos cortes orçamentários, o conselho não lançou nenhum edital para pesquisa no setor.

Número de trabalhadores com deficiência empregados cai 12% entre 2007 e 2010

23/05/2011- Gazeta do Povo

O número de **trabalhadores com deficiência** formalmente empregados caiu 12% entre 2007 e 2010. Apesar de o país ter criado 6,5 milhões de postos de trabalho com carteira assinada neste período, 42,8 mil vagas para pessoas com deficiência foram fechadas.

A redução dos postos de trabalho para trabalhadores com deficiência consta dos relatórios da **Relação Anual de Informações Sociais (Rais)**, divulgados anualmente pelo **Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**. Segundo a Rais, divulgada no dia 11 de maio, em 2007, 348,8 mil trabalhadores empregados no país tinham alguma deficiência. Em 2010, esse número caiu para 306 mil.

Ao mesmo tempo, o total de trabalhadores empregados formalmente no país passou de 37,6 milhões para 44,1 milhões. Isso representa um crescimento de 17% no período.

O descompasso entre o crescimento do emprego formal e a redução das contratações dos deficientes são indícios de uma ilegalidade, segundo as entidades que os representam. No Brasil, uma lei de 1991 obriga que empresas com mais de 100 funcionários tenham, no mínimo, 2% de seu quadro composto por trabalhadores com deficiência. Portanto, se as contratações aumentaram, era de se esperar que o número de deficientes empregados também crescesse.

"A queda [do número de trabalhadores com deficiência] mostra que as empresas não cumprem a lei", afirmou a superintendente do **Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD)**, Teresa Costa d'Amaral. "As justificativas das empresas são muitas, e a tolerância do Poder Público com o descumprimento da lei é uma constante."

De acordo com ela, companhias alegam que candidatos com deficiência não têm qualificação necessária para assumir as vagas disponíveis ou que essas postos são para trabalhos que não podem ser executados por deficientes. A superintendente disse que o MTE e o **Ministério Público do Trabalho**, por sua vez, não exigem o cumprimento da lei. Por isso, as contratações de deficientes não aumentam.

Em 2007, os trabalhadores com deficiência representavam em torno de 0,9% de todos os empregados formais do Brasil. No ano passado, passaram a representar menos de 0,7%.

Segundo o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, 24,6 milhões de brasileiros têm alguma deficiência. Desses, conforme informou a Rais, 1,25% está empregado.

Maicon Rocha Santos, de 26 anos, faz parte do total de 98,75% dos deficientes sem emprego. Ele é paraplégico e usa cadeira de rodas. Tem curso técnico em eletrônica e está no último ano da faculdade de administração. Contudo, não encontra um emprego que pague mais do que ele recebe atualmente como aposentado por invalidez e estagiário em uma organização não governamental.

“As empresas não estão adaptadas para um cadeirante”, disse ele, em entrevista à Agência Brasil. “Elas também não querem contratar alguém com experiência, que possa ganhar bem. Querem alguém só para cumprir a cota.”

A procuradora Vilma Leite Amorim confirma que os baixos salários comparados às aposentadorias são uma barreira para o aumento da contratação das pessoas com deficiência. Vilma, que é responsável pela Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades do Ministério Público do Trabalho Federal (MPT), disse que o órgão vem trabalhando em várias frentes para ampliar a inclusão dos deficientes no mercado de trabalho formal.

Ela disse que a fiscalização da lei é constante. Ações contra empresas que não cumprem as cotas para deficientes estão sendo movidas, assim como acordos têm sido assinados para adequação de companhias à legislação.

Segundo a procuradora, as causas da redução das contratações terão que ser avaliadas. “Os dados estão colocados e estão trabalhando para compreender as causas da queda [do número de deficientes empregados] e reverter essa situação”, disse.

O MTE, em nota, informou que 143 mil pessoas com deficiência foram incluídas no mercado de trabalho formal de 2005 a 2010, devido a ações de fiscalização do órgão. O ministério, entretanto, não se pronunciou sobre a redução de 12% do número de deficientes empregados nos últimos três anos.

Carros campeões de venda perdem espaço no Brasil

23/05/2011- Gazeta do Povo

Os seis **principais modelos fabricados** pelas quatro grandes **montadoras brasileiras - Gol, Palio, Corsa, Celta, Uno e Fiesta** - respondiam por 57% das vendas de automóveis no País em 2004, ano em que o mercado interno começou a crescer e não parou mais. Este ano, quando novo recorde é esperado, os modelos seguem na lista dos mais vendidos, mas a participação conjunta caiu para 36% de janeiro a abril.

Nesse intervalo, houve uma enxurrada de lançamentos, o poder aquisitivo do brasileiro melhorou, o câmbio favoreceu as importações e uma leva de novas marcas chegou ao Brasil. No início, disputavam nichos de mercado com pouca participação das marcas nacionais. Agora, começam a atacar seu principal segmento de atuação, o de carros populares, e também os de hatches pequenos e médios.

No mês passado começou a ser vendido o Chery QQ, compacto chinês de R\$ 22.990. Antes, o mais barato no País era o Uno Mille, a R\$ 23.220. Além do preço, o importado tem itens que não estão disponíveis no modelo da Fiat, alguns deles nem como opcionais: freios ABS, airbag, vidro elétrico, som, ar-condicionado e direção elétrica.

Para o consultor de mercado da CSM Worldwide, Fernando Trujillo, "o consumidor mudou seu comportamento e hoje, além do preço acessível, busca carros com maior conteúdo". Os importados estão atendendo a essa demanda.

Segundo a imprensa especializada, que testou o QQ, o compacto deixa a desejar em segurança e acabamento. As vendas ainda são pequenas: menos de 300 unidades até agora. Mas, se a trajetória do modelo seguir a de outros carros asiáticos, a disputa pelo consumidor pode ser acirrada.

Mais vendido

Segundo a Federação Nacional dos Distribuidores de Veículos Automotores (Fenabreve), o coreano Hyundai i30 2.0 é atualmente o hatch médio mais vendido no Brasil. Foram 13 mil unidades nos primeiros quatro meses do ano, ante 9,7 mil do Punto, da Fiat, feito em Minas Gerais, e 8,5 mil do Focus, da Ford, fabricado na Argentina. Na lista dos sedãs grandes, onde só tem importados, os dois mais vendidos este ano também são da Hyundai: o Azera e o Sonata, com 2,8 mil e 2 mil unidades cada.

Lupi vai criar novo índice de desemprego

23/05/2011- O Estado do Paraná

O aquecimento do mercado de trabalho e a insatisfação do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, com a taxa de desemprego medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que também é atrelado ao governo, levarão à criação de mais um indicador até o final do ano: a Taxa de Emprego Real, elaborada pelo Ministério do Trabalho.

O índice, que também será divulgado mensalmente, será fruto do cruzamento das informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e do Sistema Nacional de Emprego (Sine), espécie de agência de empregos do governo que auxilia na medição da demanda e da oferta de mão de obra.

A duplicidade de informações oficiais sobre o mesmo tema não é nova. O governo já possui, por exemplo, duas informações mensais sobre as condições e projeções para a safra de grãos brasileira: uma do IBGE e outra da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O ministro Lupi justificou a criação de um novo indicador do mercado de trabalho com a necessidade de nova abrangência e amostragem. "Vou dizer quantos brasileiros procuraram emprego formal, com número real, não é pesquisa. Sou chato com isso: é número real, não é pesquisa, repito", disse ao jornal **O Estado de S.Paulo**.

Serão duas as principais diferenças entre os índices. Enquanto o IBGE faz sua pesquisa apenas em regiões metropolitanas, o ministério apresentará também os números do interior. A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE é realizada em seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio, São Paulo e Porto Alegre).

Isso também explica o motivo de Lupi querer um novo índice: é que o interior tem apresentado uma robustez maior na criação de empregos do que os grandes centros urbanos. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Divisão de lucros deflagra onda de greves no Brasil

23/05/2011- O Estado do Paraná

Metalúrgicos de montadoras do Brasil inteiro aproveitam o bom momento do setor - com produção e vendas bombando - para cobrar a sua parte na divisão do lucro das empresas. As negociações entre sindicalistas e empresários, em sua grande maioria, têm chegado ao impasse, o que abriu caminho para uma enxurrada de greves no setor.

Os metalúrgicos da General Motors (GM) de São José dos Campos, no Vale do Paraíba, fizeram nesta sexta-feira (20) uma greve de advertência de 24 horas e ameaçam cruzar os braços por tempo indeterminado na segunda-feira. Na fábrica de São Caetano do Sul, no ABC paulista, a paralisação foi de quatro horas - duas no turno da manhã e outras duas no da tarde. Os trabalhadores querem que a GM pague R\$ 12 mil em Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) este ano. A oferta da empresa é de R\$ 9 mil.

O movimento dos metalúrgicos de São José e de São Caetano faz parte de uma tendência nacional. A conquista de parcelas cada vez maiores nos lucros ou resultados das empresas é hoje um dos principais itens da pauta de negociações entre empresas e sindicatos, ao lado do aumento real de salários. Entre os operários das montadoras, essa tendência é ainda mais forte.

Este ano, a venda de veículos estabeleceu um novo recorde para um primeiro quadrimestre. Elas cresceram 4,5% em relação a igual período de 2010. Para este mês, a expectativa do setor é de novo recorde. As vendas devem ficar ao redor de 300 mil unidades, atingindo o melhor resultado para um mês de maio no País. O emprego, em geral, também está em alta no País. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Volkswagen perde R\$ 355 milhões com a greve

23/05/2011- Automotive Business

A greve da Volkswagen do Paraná já produz perdas elevadas. É possível estimar que a marca deixe de vender aos concessionários, em 15 dias sem produção, o equivalente a R\$ 355 milhões em Fox/CrossFox e Golf (já descontada a margem bruta da revenda). A cifra foi calculada a partir do total de carros que deixará de ser produzido até esta sexta-feira, 20, multiplicado pelo valor médio de cada modelo. Esse número deve crescer se a paralisação se estender (uma nova assembleia está marcada para segunda-feira, 23, pela manhã).

Num raciocínio simples, o estrago provocado pela paralisação já é bem maior que a quantia pleiteada como Programa de Participação nos Resultados (PPR) pelos 3,6 mil trabalhadores daquela unidade da VW (R\$ 12 mil para cada um, totalizando R\$ 43,2 milhões). Por esse ponto de vista, sairia mais barato pagar o que os trabalhadores querem do que manter a produção parada.

Mas esta não parece ser a visão da direção da Volkswagen do Brasil. Nos primeiros dias da greve, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, o presidente da empresa, Thomas Schmall, declarou que era preferível deixar a planta parada do que ceder ao sindicato, porque para compensar o pagamento do bônus seria necessário elevar o preço dos carros em níveis que o consumidor não estaria disposto a pagar.

De acordo com a Associação Brasileira dos Distribuidores Volkswagen (Assobrav), o estoque atual de Fox seria suficiente para mais 27 dias de vendas, e 15 dias no caso do CrossFox. A entidade também não descarta a dificuldade de encontrar algumas versões mais específicas.

De acordo com estimativa do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, em cada dia de trabalho na fábrica paranaense são produzidos 810 carros. Até esta sexta-feira, com mais de duas semanas de greve, cerca de 9 mil Fox e 1,1 mil Golf deixaram de ser produzidos pela VW. (Automotive Business/Mário Curcio)

Sindicato acusa Honda de "assédio moral coletivo

23/05/2011- O Estado de S. Paulo

O Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região entrou nesta quinta-feira, 19, com ação de assédio moral coletivo contra a Honda do Brasil no Ministério Público. Paralelamente, ingressou com pedido de dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). O sindicato reclama que a montadora demitiu funcionários por telegrama, no meio de um processo de negociação e no decorrer de uma greve iniciada dia 12.

Na quarta-feira, a Honda anunciou 400 demissões, o equivalente a 12% do seu quadro de pessoal, formado por 3,4 mil pessoas na fábrica instalada em Sumaré (SP). A empresa avisou ainda que há 800 funcionários que ficarão ociosos e estuda medidas para evitar novos cortes.

Com dificuldade em importar componentes do Japão após o terremoto de 11 de março, a empresa vai reduzir a produção diária de 600 para 300 automóveis a partir de junho. Antes disso, os funcionários entrarão em licença remunerada a partir de segunda-feira. A fábrica produz os modelos Civic, City e Fit.

O diretor do sindicato, Eliezer Mariano, espera uma intervenção do TRT ainda hoje. "Questionamos a forma como as demissões foram feitas, de forma

arbitrária", disse. Ele também aguarda rápido posicionamento do Ministério Público, por se tratar de um "conflito já instalado".

Em nota, a Honda divulgou nesta quinta-feira que "utilizou o recurso de telegrama apenas como medida de registro, por absoluta impossibilidade de encontrar os trabalhadores da linha de produção que estavam ausentes da planta em função da paralisação dos turnos proposta pelo sindicato".

Informou ainda que os demitidos começaram a receber ontem cartas explicando a situação e as dificuldades na produção dos automóveis e lembrou que não realizava demissões desde 1992. A empresa não reconhece a greve dos funcionários e afirma que ocorreram paralisações definidas a cada turno.

O sindicato alega que há alternativas para evitar as demissões, como a redução da jornada de trabalho e férias coletivas. Ambas foram recusadas pela Honda durante as negociações.

A Honda voltou a justificar o corte na produção. "Em função dos desastres naturais ocorridos no Japão, diversos fornecedores de componentes eletrônicos, que não podem ser substituídos facilmente, tiveram a sua produção afetada. Com isso, o envio de peças para diversos países, inclusive o Brasil, foi prejudicado."

A empresa acredita que o desabastecimento de peças vai se manter até o fim do ano, embora a matriz do grupo tenha informado no Japão realizar esforços para antecipar a retomada da produção normal nas fábricas dos fornecedores de peças.

Queda

Na quarta-feira, o diretor da Honda, Paulo Takeuchi, disse que a empresa previa para este ano aumento de 5% na produção ante as 134,1 mil unidades de 2010. "Agora, nossa projeção é de queda de 20%." Já as vendas devem cair 30% em relação ao total de 126,4 mil unidades vendidas no ano passado. O novo Civic, que seria lançado no segundo semestre, ficou para 2012.

No primeiro quadrimestre, a marca vendeu 36,8 mil carros, 8,4% a menos que em igual período de 2010. O mercado como um todo cresceu 3,7%. A participação da marca nas vendas de automóveis e comerciais leves hoje é de 3,5%, ante 4,2% em 2009. (O Estado de S. Paulo/Cleide Silva)
* Toyota para fábrica na 6a; sindicato quer evitar cortes na Honda

Fabricantes querem criar polo produtivo mundial em Manaus

23/05/2011- Valor Econômico

Principal fabricante de bicicletas do país e dona da maior unidade fabril dessa indústria no Ocidente, a Caloi está em campanha para transformar Manaus em um dos principais polos mundiais de produção desse meio de transporte. A ideia é a de

que ali sejam fabricadas partes e componentes, hoje importados principalmente da China, e montados produtos que abasteceriam tanto o mercado interno quanto o externo. Com escala e fornecedores locais de peças, as bicicletas brasileiras poderiam abocanhar parte do mercado ocupado pelos asiáticos, sobretudo no segmento de maior valor agregado.

Por meio da Abraciclo, entidade que representa a indústria brasileira de duas rodas, a proposta de criação de um "cluster" de bicicletas no polo industrial da Zona Franca, idealizado pela direção da companhia, já chegou ao governo. O segundo encontro do grupo de discussão, que reúne representantes da indústria, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Receita Federal, entre outras entidades e órgãos governamentais, está marcado para esta quarta-feira. O primeiro ocorreu no mês passado.

"O Brasil pode, e deve se credenciar, para atender uma parte da demanda mundial de bicicletas e componentes que virá na esteira das profundas transformações pelas quais está passando a indústria chinesa", afirma o diretor vice-presidente da Abraciclo e presidente da Caloi, Eduardo Musa. O executivo, filho de Edson Vaz Musa, atual controlador da Caloi, refere-se ao fato de a China, que produz anualmente 80 milhões de bicicletas e exporta 70% desse volume, ter alterado suas prioridades no setor e estar se voltando aos produtos montados - e não apenas partes -, com foco no mercado doméstico.

O governo chinês, segundo Musa, está concedendo licenças de venda no mercado interno para fabricantes de peças e montadoras que eram exclusivamente exportadoras. Isso deve, ao longo do tempo, reduzir a oferta de componentes no mercado internacional.

Esse cenário, combinado ao aumento dos custos de produção em território chinês, tem levado os inúmeros fornecedores de componentes, que hoje abastecem praticamente toda a indústria global a partir da China - mais de 90% dos câmbios, por exemplo, são provenientes daquele país -, a deslocar unidades fabris para outras regiões no sudeste asiático ou no leste europeu. "Queremos atrair esses fornecedores para cá", diz. "Especialmente, porque temos um mercado muito mais pujante do que o do Camboja ou da Romênia."

O potencial do Brasil para sediar um novo polo, defende Musa, fica evidenciado pelos números do setor. Embora extremamente pulverizada, a indústria brasileira de bicicletas, em 2009, era a terceira maior em volume, com 4% do total mundial produzido, atrás de China e Índia. Em consumo, o país ocupava a quinta posição, superada por China, Estados Unidos, Japão e Índia. "Se ganharmos mais escala e houver produção de componentes no país, temos tudo para ser uma indústria altamente competitiva", avalia. Para isso, a proposta encaminhada ao governo também pede a elevação das alíquotas de importação de bicicletas de 20% para 35%.

A formalização do setor, de acordo com o executivo, também joga a favor das pretensões da Abraciclo. Estima-se que pelo menos 50% da produção nacional de bicicletas, que está estabilizada na casa de 5 milhões de unidades ao ano, corresponda a negócios informais. Com a crescente fiscalização e a obrigatoriedade da nota fiscal eletrônica, entre outras medidas, a expectativa é que se acelere o ritmo de migração das empresas para o mercado formal. "Esse movimento torna Manaus ainda mais interessante como sede do polo, em razão dos benefícios concedidos a quem se instala por ali."

A escolha da capital amazonense, explica, leva em conta os benefícios oferecidos às empresas que se instalam no Polo Industrial de Manaus (PIM), parte fundamental da Zona Franca. Para as fabricantes de bicicletas há isenção de 10% no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de uma parte do Imposto de Importação e de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Comparado com São Paulo, a diferença fiscal chega a 40%. Musa diz que o projeto de cluster tem o apoio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Nenhum porta-voz da entidade estava disponível na sexta-feira para comentar o assunto.

Historicamente, a produção de bicicletas em Manaus girava em torno de 1 milhão de unidades por ano. Com a desativação de unidades da Monark e da Sundown, o volume produzido recuou para 500 mil a 600 mil unidades anuais. Hoje, a Caloi faz cerca de 620 mil bicicletas ao ano em sua fábrica no PIM. Em 2020, caso a proposta do cluster saia do papel, a expectativa é de que a produção no polo amazonense alcance 5 milhões.

A segunda maior fabricante de bicicletas do país, a piauiense Houston, já anunciou investimentos de R\$ 40 milhões em sua segunda fábrica, que será em Manaus, cuja inauguração está prevista para o segundo semestre de 2012. No ano passado, na unidade de Teresina, produziu 750 mil unidades e espera alcançar 900 mil bicicletas neste ano. Um porta-voz da Houston não foi localizado para comentar a proposta de criação do polo fabril do setor.

Além da Houston, a OX Bikes - associada à Abraciclo, assim como Caloi e Prince Bikes - inaugurou fábrica em Manaus este ano e a Levorin, fornecedora de pneus, planeja também iniciar produção local em 2011 para atender tanto motocicletas quanto bicicletas. "Já há um movimento de fortalecimento em Manaus. Com o Plano de Desenvolvimento de Produção, isso ganha força", diz Musa.

País tem 20 bancos na fila para operar

23/05/2011- Valor Econômico

O sistema financeiro não enfrenta problemas em nenhum dos seus segmentos e no curto prazo devem nascer mais bancos do que morrer. A visão é do diretor de Fiscalização do Banco Central (BC), Anthero Meirelles, que concedeu entrevista ao **Valor**. Segundo ele, há uma fila de 20 bancos aguardando autorização de funcionamento, incluindo instituições locais e estrangeiras.

Mesmo com um processo de consolidação dos bancos pequenos e médios em andamento que, diz ele, é uma consequência natural da crise de 2008, o Brasil deve ter, daqui alguns anos, mais bancos do que tem hoje. "Não vejo no horizonte um movimento de concentração".

Os sete maiores bancos respondem por 81% dos ativos do sistema financeiro, enquanto as 36 instituições caracterizadas pelo BC como médias ficam com 16% do total. Os 95 restantes têm 3% do total. A divisão permaneceu praticamente estável nos últimos trimestres, diz. "Esse é um nível de concentração normal na indústria bancária".

Ele reconheceu, no entanto, que os menores terão que "adaptar suas estratégias" e reforçar suas estruturas de capital para enfrentar a nova realidade de mercado financeiro. Para isso, a saída encontrada foi a associação com outras instituições,

processo em andamento e que pode incluir até mesmo parceria com estrangeiros. "Há alguns negócios em curso, consequência dessa mudança estrutural da indústria bancária", diz Meirelles, responsável por monitorar o bom funcionamento do sistema financeiro.

Neste ano, dois bancos apresentaram problemas. O Morada, hoje sob intervenção do BC, e o Schahin, comprado pelo BMG. Segundo Meirelles, além do impacto negativo da crise, que trouxe dificuldades de liquidez, houve recentemente o caso PanAmericano, que colocou em cheque a principal fonte de recursos (funding) dos bancos médios: a cessão de carteira.

O diretor avalia que a prática de originar e ceder parte da carteira de crédito, que hoje representa cerca de 5% do estoque de empréstimos do sistema, tem sido questionada no mundo todo, pois a instituição financeira abre mão de parte importante do lucro. Segundo ele, os bancos podem usar o instrumento, mas eles não podem depender apenas dele para se capitalizar. "Esses bancos (pequenos e médios) precisam aumentar o capital para poder reter parte do crédito que eles originam. É isso que vemos nesse movimento de consolidação".

O diretor disse que o mais importante para as instituições de pequeno e médio portes é reforçar as estruturas de capital. "Alguns bancos precisam adaptar suas estratégias para ficar mais rentáveis e sustentáveis no longo prazo. Se têm passivo caro e ativo menos rentável, no médio e longo prazo podem ter dificuldade", afirma.

A capitalização do sistema é considerada "boa", mesmo entre os médios, que possuem índice de Basileia de 15,6%. O índice de Basileia do sistema é de 16,9% e todos os segmentos possuem capital de nível 1 acima de 11%. Ele acredita que a adaptação aos padrões de Basileia 3 (regras criadas no pós-crise) não deve trazer dificuldades. "Pelas nossas contas, os poucos bancos que precisam fazer ajustes têm plenas condições de se adaptar apenas retendo mais resultado."

O fato de o Brasil ter passado pela crise sem quebras de bancos também foi ressaltado pelo diretor. Como lembra Meirelles, as autoridades financeiras de países como Espanha e Estados Unidos estão até hoje tentando solucionar os problemas originados há cerca de três anos. "No Brasil, a indústria passa por uma transformação, com consolidação e mudança na estrutura de segmentos, mas esse é um movimento que o próprio mercado está promovendo. Não é articulado pelo BC."

As palavras de Meirelles deixam transparecer que o BC não vê com preocupação o atual processo de consolidação dos bancos médios. "Determinados nichos que não despertavam interesse dos grandes bancos, passaram a atrair essas instituições, como o financiamento de veículos e o crédito consignado. Há uma mudança estrutural e as forças competitivas estão se alterando. É normal que a uma mudança dessas sigam-se movimentos de consolidação. Bancos que não estavam bem buscam mudar seu modelo. Consolidação e mudanças, ainda mais após uma crise como a de 2008, são normais", diz.

Segundo ele, o processo é seguido de "perto" pelo BC, pois o resultado final é "importante" para o sistema, mas não há interferências. "Nós acompanhamos, mas não são movimentos que precisem ser orquestrados pela autoridade financeira, como é o caso dos EUA, Espanha e de outros países europeus", ressaltou.

Ele também negou que haja problemas que afetem o sistema financeiro. "O sistema é bastante sólido. Não temos nenhum problema localizado em segmentos. Evidentemente que a indústria é dinâmica e é normal que tenhamos casos isolados de

instituições em situação especialmente boa e outras em situação um pouco pior. O Morada estava em situação ruim. Mas em termos do sistema ele era quase desprezível, representando menos de 0,01% dos ativos", diz.

Antes diretor de Administração, Meirelles assumiu a nova função no início do ano. Neste mês, a diretoria de Fiscalização sofreu uma série de alterações -- dentro de uma reforma ampla das áreas internas do BC -- e não cuida mais dos processos punitivos, que passou a ser responsabilidade da diretoria de Organização do Sistema Financeiro. Com isso, o departamento pode se concentrar somente na fiscalização e no monitoramento do sistema, sendo responsável apenas pela instalação dos processos punitivos, avalia Meirelles.

Provisões não podem ser deduzidas da CSLL

23/05/2011- Valor Econômico

Provisões de disputas tributárias em balanços de empresas não podem ser deduzidas da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A decisão é da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) - a mais alta instância da esfera administrativa. O resultado foi comemorado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que enfrenta dezenas de recursos contra autos de infração sobre o tema. Com a derrota, advogados de contribuintes começam a formular teses para derrubar o entendimento no Judiciário.

Essa foi a primeira decisão da Câmara Superior sobre o assunto. De acordo com o julgamento, por não haver uma situação definida, os tributos com exigibilidade suspensa - por liminar ou depósito judicial - são indedutíveis da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da CSLL, por traduzir-se em nítido caráter de provisão. "Assim, a dedutibilidade desses valores somente ocorrerá por ocasião de decisão final da Justiça, desfavorável à empresa", diz a decisão do Carf.

No processo, a empresa argumentou que não há regra expressa que impeça o contribuinte de deduzir valores com exigibilidade suspensa da base de cálculo da CSLL. Quanto ao Imposto de Renda, a Lei nº 8.981, de 1995, deixa claro que esses valores são indedutíveis. A PGFN reconhece que não há norma sobre a CSLL. O procurador-adjunto Paulo Riscado argumenta, no entanto, que a Lei nº 9.249, de 1995, impede a dedução de quaisquer provisões. "Vale mesmo que a norma não tenha especificado que esse conceito abrange valores com exigibilidade suspensa ou depósitos judiciais", explica ele, acrescentando que a decisão da Câmara Superior é relevante por haver valores altos em depósitos em juízo. "Se fosse permitida a dedução da CSLL, o impacto tributário seria grande."

As empresas de capital aberto são obrigadas a registrar provisionamentos em seus balanços. No caso de haver chance provável de derrota em discussão judicial, devem lançar o valor. Há advogados que defendem o lançamento somente quando há mais de 80% de chance de o contribuinte perder a batalha. Depois que entraram em vigor as novas regras contábeis internacionais (IFRS), segundo especialistas, os auditores passaram a prestar mais atenção nessas discriminações.

Com a derrota na esfera administrativa, começaram a surgir novas teses para possibilitar a dedução de provisões da base de cálculo da CSLL. "Se a empresa faz provisão é porque há grandes chances de perder a disputa. É razoável que esses valores sejam dedutíveis", defende o advogado Rubens Velloza, do escritório Velloza, Giroto e Lindenbojn Advogados. "Se, por fim, a empresa ganhar o processo, o que

pode levar anos, basta que ela pague a contribuição sobre o montante com correção monetária."

Segundo Velloza, o problema é que, muitas vezes, é imposta a provisão, independentemente das chances de êxito no Judiciário. No caso das instituições financeiras, por exemplo, a Carta-Circular nº 3.429, de 2010, do Banco Central, determina que, nos casos em que for efetuada compensação judicial de tributos com base em tutela provisória, o montante compensado deve ser reconhecido como provisão, até o trânsito em julgado da decisão.

A advogada Ana Utumi, do escritório TozziniFreire, defende a tese de que é preciso diferenciar provisões de valores registrados no balanço como "contas a pagar". "Se provisões não são dedutíveis da base de cálculo da CSLL, é bom lembrar que nem toda disputa tributária gera provisão na contabilidade", afirma a tributarista. Segundo ela, se a discussão refere-se à constitucionalidade de uma lei, o montante em jogo deve ser registrado como contas a pagar, sendo dedutível. Somente se a discussão judicial envolve a interpretação de uma lei - se créditos tributários podem ser aceitos, por exemplo -, o montante deve ser registrado como provisão.

Cadastro Positivo premiará bom pagador, avalia CNI

23/05/2011- Agência CNI

Brasília - A criação do Cadastro Positivo, listagem dos pagadores pontuais, contribuirá para uma distribuição mais justa dos custos de financiamento, beneficiando os bons credores com juros menores, avalia o gerente-executivo da Unidade de Política Econômica da [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#), Flávio Castelo Branco. A medida foi aprovada pelo Senado quarta-feira passada, 18 de maio, e irá à sanção da presidente Dilma Rousseff.

"O Cadastro Positivo é fundamental para que se tenha um custo para o tomador que reflita efetivamente o risco daquele tomador. Os bons pagadores terão um custo menor porque representarão um risco menor", assinala Castelo Branco. A instituição do Cadastro Positivo integra a chamada Pauta Mínima da CNI desde a criação dela, em 2008. A Pauta Mínima lista anualmente as propostas em tramitação no Congresso consideradas de alta prioridade pela indústria, devido ao impacto no ambiente de negócios.

Em tramitação no Congresso há oito anos, o projeto instituindo o Cadastro Positivo se transformou em Medida Provisória no final de 2010 e agora, com sua aprovação pelo Senado, virou o Projeto de Lei de Conversão 12/2011 (PLV). A presidente da República tem 15 dias úteis, desde a última quarta-feira, 18.05, para sancionar o PLV 12/2011.

INADIMPLÊNCIA - Nota técnica da CNI informa que o risco de inadimplência representa mais de 37% da composição total do spread, a diferença entre o custo de captação do banco e o que cobra do tomador final. "O Cadastro Positivo pode reduzir tanto a inadimplência quanto o custo administrativo dos bancos, principais componentes do spread", diz a nota.

A nota técnica da CNI menciona estudos de universidades americanas mostrando que a inadimplência em 50 países que adotaram o Cadastro Positivo é 43% menor do que naqueles que só usam informações negativas, como é o caso do Brasil, com as listas da Serasa e SPC. De acordo com os estudos, a cultura e a prática das informações positivas provocaram, nestes países, aumento de 90% no número de pessoas que solicitaram crédito e foram atendidas.

“Com o cadastro negativo, o bom pagador não é diferenciado do cliente que não possui histórico de crédito. Hoje, o bom pagador que atrasa apenas uma conta possui tratamento igual ao que não paga nenhuma das suas contas. Na ausência de elementos objetivos para distinção entre devedores medianos e aqueles que representam risco mínimo para os bancos, adota-se uma estimativa média de risco para todos”, assinala ainda a nota técnica da CNI.

DIREITOS E DEVERES - O PLV 12/2001 determina que nos bancos de dados de histórico de crédito somente poderão ser armazenadas informações objetivas, claras, verdadeiras e de fácil compreensão, necessárias para avaliar a situação econômica do cadastrado. A abertura de cadastro só pode ser feita por autorização prévia do cadastrado. Ele tem direito ao cancelamento do cadastro, ao acesso gratuito às informações arquivadas, que pode ser limitada pela empresa administradora do cadastro a cada quatro meses; à impugnação e correção de informação anotada erroneamente e tem de ser informado no caso de compartilhamento dos dados.

O Cadastro Positivo não se aplica somente a instituições financeiras e casas comerciais, podendo ser usado, também, por empresas de saneamento, eletricidade e telecomunicações. Tanto o banco de dados quanto a fonte das informações e o chamado consulente – a empresa ou banco que faz a consulta ao Cadastro Positivo – são responsabilizados objetiva e solidariamente por eventuais danos materiais e morais ao cadastrado.

GM São José retoma a produção

23/05/2011- Newsletters Automotive

O G1 registra que a greve dos metalúrgicos da fábrica da General Motors em São José dos Campos, SP, terminou às 5h deste sábado (21). "Foi uma greve de advertência, de 24 horas", disse o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região. A paralisação ocorreu porque os trabalhadores rejeitaram a proposta da montadora referente à participação nos lucros e resultados, e decidiram por uma paralisação de 24 horas.

O sindicato esperava neste fim de semana que a marcação de nova rodada de negociações.

Os metalúrgicos dos dois turnos da General Motors de São José dos Campos (SP) entraram em greve na sexta-feira, 20. Os trabalhadores rejeitaram, em assembleia, a proposta da montadora referente à Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e aprovaram a deflagração de greve por 24 horas (a previsão é que todos voltem a

trabalhar na segunda-feira). Na negociação com o sindicato na quinta-feira, dia 19, a GM ofereceu PLR de R\$ 9.500.

A proposta da fábrica previa variação entre R\$ 7.600 e R\$ 11.500, de acordo com a produção, e estabelecia antecipação de R\$ 5.200. O Sindicato propôs variação de R\$ 10.020 a R\$ 15.030, com antecipação de R\$ 7 mil, a ser paga ainda em maio. A unidade de São José dos Campos produz os modelos Corsa, Classic, Meriva, Zafira, S10 e Blazer, além de kits desmontados para exportação, motores e transmissões. São cerca de 950 carros por dia. Segundo o sindicato, a unidade emprega aproximadamente 9 mil funcionários

IR - Fonte - Imposto de Renda retido em abril vence hoje, dia 20/5

23/05/2011- Notas COAD

Os contribuintes que pagaram ou creditaram rendimentos sujeitos ao IR/Fonte no mês de abril/2011 a pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no País, inclusive rendimentos do trabalho, devem recolher os valores retidos até hoje, dia 20/5.

Este prazo não alcança o IR/Fonte decorrente de juros sobre o capital próprio e aplicações financeiras, prêmios, multa e qualquer vantagem, rendimentos e ganhos distribuídos pelos fundos de investimento imobiliário, que possuem prazos específicos no Calendário das Obrigações, bem como aquele incidente sobre a remuneração indireta ou pagamentos efetuados a beneficiários não identificados, que deverá ser recolhido na data da ocorrência do fato gerador.

IR - Fonte - Imposto retido no 2º decêndio de maio vence em 25/5

23/05/2011- Notas COAD

As pessoas jurídicas que efetuaram, no período de 11 a 20/5 maio/2011, retenção do IR na fonte nos pagamentos ou créditos decorrentes de juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização; prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e de multa ou qualquer vantagem, de que trata o artigo 70 da Lei 9.430/96, devem recolher o imposto até quarta-feira, dia 25/5.

Declarações Fiscais - MEI deve apresentar a DASN de 2011 até 31 de maio

23/05/2011- Notas COAD

O MEI – Microempreendedor Individual que optou pelo SimeI – Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional tem até às 23h59min do dia 31-5-2011 para a entrega da DASN SIMEI 2011, com informações relativas ao ano de 2010.

A apresentação deve ser efetuada através de aplicativo disponível na internet no endereço <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/mei/default.asp>>.

Direito do Trabalho - Trabalho degradante: usina no Paraná é condenada em R\$ 1 milhão

23/05/2011- Notas COAD

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu (rejeitou) de recurso da Usina Central do Paraná S.A. – Agricultura Indústria e Comércio, e de três de seus proprietários, contra decisão condenatória por dano moral no valor de R\$ 1 milhão, imposta pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR), por descumprimento de obrigações trabalhistas. As condições de trabalho dos empregados da usina, de propriedade do Grupo Atalla, vêm sendo objeto de preocupação desde 1996.

Histórico da Ação

Naquele ano, foi instalado na Vara do Trabalho de Rolândia (PR) Procedimento Investigatório em face do Grupo Atalla, a partir da denúncia da existência de meio ambiente de trabalho insalubre em uma das empresas do grupo. Com o intuito de apurar as infrações trabalhistas denunciadas e toda a sua extensão, foi realizada fiscalização no mesmo ano. Na ocasião, verificou-se que o tratamento dispensado pela usina aos seus empregados, tanto nas unidades industriais quanto aos trabalhadores rurais, era indigno, “violando normas jurídicas, revelando descaso e indiferença com a situação de miséria e indignidade em que muitos deles viviam”.

Entre as irregularidades apontadas pelo GEFM - Grupo Especial de Fiscalização Móvel, composto por membros do Ministério do Trabalho e Emprego, Departamento da Polícia Federal e Ministério Público do Trabalho -, foi constatado nos locais o descumprimento de várias obrigações trabalhistas: ausência de programa de redução a acidentes de trabalho, inexistência de instalações sanitárias, trabalho em condições degradantes, em oficinas sem ventilação e iluminação apropriadas, não fornecimento de água potável, obrigação de trabalho aos domingos sem compensação, atrasos no pagamento de salários, não concessão de férias e descontos salariais sem autorização dos trabalhadores.

Os representantes do grupo Atalla foram intimados para audiência na sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, em Curitiba, e assinaram dois Termos de Compromisso e Ajustamento de Conduta (TAC), pelos quais se comprometiam a cumprir a legislação trabalhista nos ambientes de trabalho. A fim de verificar o cumprimento dos TAC, o Ministério Público solicitou, nos anos seguintes, diversas fiscalizações nas dependências do grupo Atalla.

Conforme relato contido no processo, com mais de cinco mil páginas, constatou-se que a situação não havia mudado, e que a Usina e seus representantes não cumpriam o acordado nos TAC. Diante disso, o MPT ingressou com pedido cautelar de arresto de bens cumulado com ação de execução parcial de título extrajudicial. Essa ação tramitava em 2008 na fase de execução, conforme informação do Ministério Público do Trabalho.

Em 2008, uma nova fiscalização nas instalações do grupo econômico constatou o descumprimento dos TAC e, ainda, uma série de novas irregularidades, não só nas dependências industriais do grupo, mas também na área rural, nas fazendas de extração da cana-de-açúcar.

Diante destes novos fatos, o Ministério Público do Trabalho ajuizou ação civil pública na Vara do Trabalho de Porecatu (PR), pedindo liminarmente o fim das práticas abusivas à legislação trabalhista e a condenação da Usina e de seus representantes em R\$ 10 milhões, solidariamente, por dano moral coletivo.

Condenação

O juiz da Vara do Trabalho de Porecatu acolheu o pedido do MPT. Na sentença condenatória, ele observou que a usina, há décadas, vinha praticando “dezenas de infrações aos direitos dos trabalhadores, atingindo bens da vida que lhes pertencem por força do que dispõem as normas jurídicas, muitos deles atingindo a dignidade, honra, imagem, vida e integridade psicofísica dos trabalhadores”. Para o juízo de Porecatu, o modo de agir da empresa revelava “total desprezo pelo ordenamento jurídico-constitucional, pelas fiscalizações realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, pelos termos de ajustamentos de condutas firmados com o MPT e pelas decisões da Justiça do Trabalho”.

A sentença sugeria que os valores da condenação por dano moral coletivo deveriam, a princípio, reverter “em favor da comunidade de Porecatu e municípios da região onde os réus mantêm atividade econômica e trabalhadores”, e não, como de praxe nas ações civis públicas, ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TRT

A usina recorreu da sentença. Pediu a redução do valor da condenação para no máximo R\$ 500 mil. Sustentou que o valor de R\$ 10 milhões era muito alto e contribuiria para piorar a situação econômica do grupo, sem resultar em qualquer benefício para a comunidade.

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) reduziu o valor para R\$ 1 milhão. Segundo o acórdão, já é pacífico no TST o entendimento de que a conduta ilícita patronal que afeta a coletividade de trabalhadores, violando direitos sociais constitucionalmente assegurados pelo artigo 7º, incisos VIII, XIII e XXII, da Constituição Federal, cria a obrigação de indenizar o dano moral coletivo. Porém, entendeu que a condenação não visa unicamente satisfação compensatória, mas também a aplicação de uma sanção com o objetivo de desestimular o empregador a agir de forma ilícita, e que seu valor deve-se pautar no princípio da razoabilidade.

TST

A Usina, em seu recurso ao TST, insistiu na adequação do valor da indenização por considerá-lo desproporcional. A defesa apresentou acórdãos que continham situações ligadas à utilização de mão de obra em condições análogas às de escravo, por

considerá-las muito mais graves do que "as supostas ofensas" alegadas pelo Ministério Público.

Para o relator do recurso, ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, o Regional deixou claro, ao entender cabível a indenização por dano moral coletivo, que "a lesão perpetrada afeta aos trabalhadores como um todo, ameaçando a dignidade do trabalhador e a moral da sociedade". O valor fixado levou em consideração o princípio da razoabilidade, a capacidade econômica da Usina e a extensão da lesão. O relator observou que a decisão regional considerou que o dano moral coletivo também tem o objetivo de desestimular o empregador que age de maneira ilícita.

Para o ministro, as decisões trazidas para confronto sequer tratavam de dano moral coletivo pela inobservância das normas trabalhistas examinadas nesse caso. Quanto ao valor da indenização, considerou os acórdãos trazidos inespecíficos para confronto de tese, pois as cópias da íntegra das decisões não estavam devidamente autenticadas, em desacordo com a Súmula 337, item I, letra "a", do TST.

Por essas razões, a Terceira Turma não conheceu do recurso da Usina, ficando mantida, portanto, a decisão que configurou o dano moral coletivo, bem como valor fixado de R\$ 1 milhão.

Processo: RR-52800-16.2008.5.09.0562

FONTE: TST

Projeto de Lei - Projeto prevê uma falta ao trabalho por ano sem justificativa

23/05/2011- Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 483/11, do Senado, que permite que o empregado falte uma vez por ano, sem prejuízo do salário, para tratar de interesse particular e, outra vez, para participar de atividade escolar de dependente matriculado nos ensinos fundamental ou médio.

No caso da falta em razão de atividade escolar de dependente, a presença do empregado deverá ser atestada pela escola. Além disso, o trabalhador deverá requerer a dispensa com pelo menos 30 dias de antecedência. Também nesse caso, o período permitido de uma falta por ano poderá ser aumentado por acordo ou convenção coletiva de trabalho.

O autor da proposta, senador Paulo Paim (PT-RS), argumenta que o projeto atende a uma "antiga e legítima" reivindicação dos operários. "O trabalhador tem todo o direito de tratar de seus assuntos mais íntimos sem a necessidade de se justificar perante seu chefe ou qualquer outra autoridade", diz.

A proposta modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-lei [5.452/43](#)).

Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo e em regime de prioridade, será analisado pelas comissões de Educação e Cultura; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FONTE: Agência da Câmara dos Deputados

IPI - Sancionada concessão de benefícios à indústria automotiva

23/05/2011- Notas COAD

A presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.407, de 19-5-2011, DO-U de 20-5-2011, que concede incentivos fiscais às indústrias automotivas que funcionam no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O benefício é condicionado ao investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, na mesma região, de no mínimo 10% do crédito apurado.

Como a medida foi implementada originalmente pela [Medida Provisória 512, de 25-11-2010](#), depois transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 8/11, o prazo para apresentação de projetos de investimento já terminou, em 29 de dezembro de 2010.

Os incentivos serão concedidos por meio de crédito presumido do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados, calculados mensalmente sobre as vendas no mercado interno dos produtos que constarem nos empreendimentos aprovados. Esses créditos serão extintos em 31 de dezembro de 2020.

A presidente Dilma vetou dispositivos, acrescentados durante a tramitação da proposta na Câmara, que ampliavam a área geográfica abrangida, permitiam a habilitação de novas empresas e possibilitavam a acumulação de benefícios. O PLV 8/11 foi aprovado no Plenário do Senado em 27 de abril.

Agência Senado

Cheque - Compensação digital de cheques começa a funcionar

23/05/2011- Notas COAD

A rede bancária de todo o país começou a operar a compensação de cheques por meio de imagem digitalizada hoje, em atendimento à determinação do Conselho Monetário Nacional (CMN). Aprovada pelo CMN no mês passado e regulamentada pelo Banco Central, a medida estabelece prazo de 60 dias para a adequação das agências bancárias de cidades mais distantes e sem infraestrutura informatizada.

A Federação Nacional dos Bancos (Febraban) emitiu comunicado a todas as instituições financeiras lembrando a entrada em vigor do novo sistema de compensação, que está em teste desde julho do ano passado.

De acordo com a entidade, a compensação digital vai permitir o desbloqueio do cheque em, no máximo, dois dias, em qualquer lugar do país, ao passo que a compensação física, como é feita hoje, pode levar até 20 dias nas regiões mais distantes.

Segundo a Febraban, o uso da tecnologia vai reduzir significativamente os casos de

clonagem e de roubos de cheques, crimes que, em 2010, causaram prejuízos de R\$ 1,2 bilhão para o comércio e de R\$ 283 milhões para os bancos. Além disso, a entidade estima que a compensação digitalizada proporcionará economia anual de R\$ 100 milhões para as instituições financeiras, porque eliminará as rotas terrestres e aéreas de transporte de cheques.

Ainda não há um cálculo definido sobre os custos de implantação do sistema já que cada banco escolheu seu fornecedor e modelo de operação, que pode ser digitalização na própria agência ou centralizada em outro espaço. Nem mesmo o Banco do Brasil, que é o banco centralizador das compensações, tem como definir os gastos, porque a rede privada de telecomunicações com as outras instituições está em atualização permanente.

Os prazos de compensação diminuem para apenas um dia, nos casos de cheques acima de R\$ 300, e de dois dias para cheques de menor valor.

Agência Brasil

Direito do Consumidor - Cadastro Positivo: Instituto pede à Presidência veto de itens do texto

23/05/2011- Notas COAD

Texto aprovado pelo Senado ainda contém trechos prejudiciais ao consumidor

Aprovado na quarta-feira (18/5) pelo Senado, o Projeto de Lei nº 12/2011 que cria e regulamenta o Cadastro Positivo no Brasil seguirá para sanção da presidente Dilma Rousseff. O PL institui um banco de dados com informações financeiras de adimplemento dos consumidores - quando eles pagam suas contas em dia.

Apesar de ter sido melhorado após o veto ao PLS nº 263/2004, no ano passado, do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o texto aprovado no Congresso ainda inclui artigos que desfavorecem o consumidor. Pensando neles, o Idec enviou uma carta à presidente Dilma solicitando o veto de alguns desses pontos.

"Apesar de agora haver uma regulamentação sobre o cadastro positivo que traz proteção ao consumidor condizente com os ditames do CDC (Código de Defesa do Consumidor), há críticas", explica a gerente jurídica do Idec, Maria Elisa Novais.

Para o Instituto, a autorização do consumidor de abertura do cadastro deve garantir o direito do cidadão sobre a anotação e movimentação dos seus dados e, por consequência, seu direito à privacidade. Assim, o art. 4º parágrafo 3º merece veto por afastar essa garantia.

O Idec discorda da manutenção dos dados do consumidor mesmo após a solicitação de cancelamento do cadastro. A forma como o texto está impõe ao consumidor a eterna permanência no cadastros. "Deve-se assegurar ao cadastrado o direito de cancelar efetivamente a qualquer tempo o seu cadastro", afirma a advogada.

Outro ponto questionado pelo Instituto é o limite ao acesso gratuito do cidadão aos seus próprios dados. Pelo texto atual, o consumidor só pode ter acesso ao cadastro

gratuitamente uma vez a cada quatro meses, pela internet ou telefone. "A limitação da gratuidade é um despropósito, tendo em vista que tal disposição fere o direito constitucional de obtenção de certidões em repartições públicas para a defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal sem o pagamento de taxas", argumenta Maria Elisa.

FONTE: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

Projeto de Lei - Projeto autoriza desconto de aluguel em folha de pagamento

23/05/2011- Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 462/11, do deputado licenciado Julio Lopes (PP-RJ), que permite que o trabalhador autorize o desconto na folha de pagamento dos valores referentes ao aluguel e a encargos de imóveis residenciais. Conforme a proposta, a regra se aplica tanto para servidores públicos quanto para empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A possibilidade de desconto em folha deverá estar prevista nos contratos de locação do imóvel.

Em 2006, Julio Lopes apresentou projeto de mesmo teor (PL 6634/06), que não chegou a ser apreciado por nenhuma comissão e foi arquivado no final da legislatura passada. Para o deputado, a proposta pode significar garantia ao locador de um imóvel quanto à regularidade do pagamento de aluguéis, evitando a inadimplência.

"Além disso, seria dispensada a figura do fiador, ainda presente em 90% dos contratos formais de aluguel firmados no Brasil, apesar dos riscos e constrangimentos que suscita", completa. Ele acredita que a norma também ocasionaria a entrada no mercado de milhares de imóveis que permanecem fechados por opção do proprietário.

Pela proposta, o valor do aluguel descontado em folha não poderá superar 25% do salário líquido do servidor ou empregado. Além disso, o total das consignações de aluguel, se houver outras, não poderá exceder a 50% do salário líquido. Para interromper o débito automático, o locatário precisará apresentar ao empregador a rescisão do contrato de aluguel assinada pelo locador.

Empregador

O projeto obriga o empregador a prestar as informações necessárias à contratação do aluguel, a efetuar os descontos autorizados pelo empregado em folha de pagamento e a repassar mensalmente o valor do aluguel ao locador. Se a operação tiver custos operacionais, o empregador poderá descontá-los do salário do trabalhador.

Além disso, o texto proíbe que o empregador imponha ao empregado e ao locador qualquer condição que não esteja prevista na lei ou em seu regulamento, para a efetivação do contrato e a realização dos descontos.

De acordo com a proposta, se o pagamento mensal do aluguel e encargos for descontado da folha e não for repassado ao locador, ficará proibida a inclusão do nome do locatário em qualquer cadastro de inadimplentes.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, que também se pronunciará quanto ao mérito.

FONTE: Agência da Câmara dos Deputados

Direito do Trabalho - Pagamento em dobro: abono de 1/3 sobre férias não usufruídas é mantido

23/05/2011- Notas COAD

As férias anuais pagas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal é direito de todo trabalhador, garantido na Constituição Federal (artigo 7º, inciso XVII). Mas o que acontece quando o trabalhador recebe o pagamento relativo às férias com o terço constitucional e não desfruta do descanso? Foi o que ocorreu em caso julgado recentemente pela Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho. Ex-empregado da Abbot Laboratórios do Brasil entrou com ação, na Justiça, para receber em dobro as férias não usufruídas, com o terço constitucional incidente sobre esse valor.

O juízo de origem e o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) confirmaram que o empregado recebeu as férias com o terço constitucional sem usufruí-las. Logo, a empresa devia o pagamento da dobra das férias acrescida do abono. Isso porque, de acordo com o artigo 134 da CLT, as férias devem ser concedidas pelo empregador nos doze meses seguintes à data em que o empregado tiver adquirido o direito. Se a garantia for desrespeitada, como na hipótese, o empregador tem que pagar em dobro o respectivo salário (artigo 137 da CLT).

No TST, o recurso de revista da empresa contestou a incidência do terço constitucional sobre o valor em dobro das férias. A parte conseguiu demonstrar divergência jurisprudencial ao apresentar acórdão do TRT da 2ª Região (SP) com tese contrária.

A relatora, ministra Kátia Magalhães Arruda, esclareceu que a jurisprudência predominante no TST considera que o terço constitucional deve incidir sobre a dobra das férias não desfrutadas e pagas de forma simples no prazo legal. Ainda segundo a relatora, a remuneração das férias deve sempre ser acrescida de um terço, não importa se são concedidas dentro ou fora do prazo legal, de forma simples ou em dobro. Na hipótese, a dobra deve ser calculada sobre a remuneração das férias, o que implica a inclusão do terço constitucional.

Nessas condições, a Quinta Turma, à unanimidade, negou provimento ao recurso de revista da empresa e manteve a obrigação do empregador de pagar em dobro, com incidência do terço constitucional, as férias que não foram usufruídas pelo trabalhador.

Processo: RR-182800-87.2001.5.01.0040

FONTE: TST

Tribunal - Empréstimo em folha só pode ser quitado na rescisão com aval do empregado

23/05/2011- Notas COAD

A empresa, ao dispensar o empregado, somente pode quitar valores de empréstimos pessoais com desconto em folha, se autorizada por ele. Caso contrário, o desconto é ilegal. Com base nesse entendimento, a Fundação Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente - Fundação Casa terá que devolver R\$ 1.483,00 ao ex-empregado por ter feito a quitação antecipada do empréstimo, com desconto nas verbas rescisórias, sem sua expressa autorização. A decisão aplicada nas instâncias ordinárias foi mantida pela Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O empregado contou na inicial que, ao ser dispensado do emprego, sem justa causa, foi surpreendido com o desconto em sua rescisão, referente à quitação antecipada do empréstimo contraído junto ao Banco BMG. Os descontos eram efetuados mensalmente, no contracheque, no valor de R\$ 224,66, dentro dos limites impostos pela legislação quanto ao empréstimo consignado. Disse que a liquidação antecipada ocorreu sem sua autorização e que teria condições de continuar pagando os valores de forma parcelada, mesmo tendo sido demitido do emprego.

A empresa, em defesa, argumentou que quando ocorre dispensa de empregado, devem ser efetuados os descontos necessários a fim de que este não fique em débito com os credores, vez que não haverá outra forma de pagamento posterior à dispensa, já que os valores eram descontados mensalmente do salário. Disse, ainda, que o trabalhador conhecia os termos de autorização dos descontos do empréstimo, mas que não poderia apresentar o documento com a anuência do trabalhador porque este não ficava em poder da empresa, mas sim da instituição financeira.

Tanto a Vara do Trabalho quanto o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, entenderam que é ônus da empresa comprovar a ciência do empregado quanto aos termos do contrato de empréstimo, mas ela não satisfaz a exigência. Assim, determinaram a devolução do valor descontado.

O mesmo entendimento prevaleceu no TST. O ministro Emmanoel Pereira, ao analisar o recurso de revista da empresa, destacou que o Regional consignou que a empresa não comprovou a autorização do desconto do valor do empréstimo em caso de rescisão contratual, não havendo ofensa a texto de lei a ensejar o conhecimento de recurso. [RR - 27400-81.2009.5.15.0017](#)

FONTE: TST

IR - Pessoa Física - Quota do IRPF com vencimento em 31/5 terá 1% de juros

23/05/2011- Notas COAD

As pessoas físicas que optaram pelo parcelamento do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual do exercício de 2011, ano-calendário de 2010, deverão acrescer ao valor de cada quota, a partir da segunda, juros equivalentes à taxa referencial do

Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao previsto para a entrega da declaração até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento.

Cheque - Comércio varejista é contra mudança das regras de devolução dos cheques

23/05/2011- Notas COAD

A decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) de que a devolução de cheques deve priorizar todos os outros motivos que ensejem o seu não pagamento, antes da justificativa "por falta de fundos", causou "profunda preocupação" no comércio varejista, afirmou o presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas, Roque Pellizzaro Júnior.

Segundo ele, a medida é um "duro golpe" para o lojista, sobretudo para o pequeno comerciante, mais vulnerável à ação de estelionatários e pessoas de má-fé. No seu entender, o comprador mal-intencionado pode errar propositadamente o preenchimento do cheque e ficar livre de responder pelo crime de estelionato. "Jogaram a responsabilidade toda em cima do lojista", disse.

No fim da tarde, ele enviou carta ao presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, na qual expressa preocupação com a mudança das regras de devolução de cheques e oposição à sua liquidação, nos termos da Resolução 3.972 do CMN, regulamentada pela Circular 3.535 do BC.

O presidente da CNDL diz também que a alteração já em vigor constitui sério risco para a sociedade, diante da possibilidade de se "institucionalizar a prática do estelionato" pelo cheque sem fundo, mas rasurado ou mal preenchido para forçar uma devolução amena, sem maiores consequências, e o emitente não ir para o cadastro de maus pagadores.

Pellizzaro ressalta que a resolução do CMN contempla avanços significativos no controle e na aferição da autenticidade do cheque, mas, infelizmente, inclui também a mudança nas regras de devolução. Decisão que, "apesar da boa intenção, sinaliza na prática problemas sérios para o pequeno lojista", disse. Por isso, ele pede a reconsideração da medida em carta subscrita também pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC-Brasil).

Agência Brasil